

## **EVENTOS ADVERSOS E CONTRAINDICAÇÕES VACINAIS: conhecimento de profissionais de Enfermagem da Atenção Básica em Feira de Santana - BA**

**Marília Souza de Oliveira<sup>1</sup>; Zannety Conceição Silva do Nascimento Souza**<sup>2</sup>.

1. Graduada em Enfermagem pela UEFS, Mestranda em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Enfermagem - Universidade Federal da Bahia (EEUFBA), e-mail: mari.flor.26@hotmail.com.
2. Orientadora, Professora Auxiliar do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS; Mestre em Enfermagem com ênfase em Saúde da Mulher pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, e-mail: zannety\_enfermeira@yahoo.com.br

**Palavras- chave:** imunização, criança, Enfermagem.

### **INTRODUÇÃO**

Imunizar é conferir ao organismo proteção imunológica contra doenças infecciosas por meio da vacinação. Nesta perspectiva, vacinas são produtos farmacológicos que contêm agentes imunizantes capazes de induzir imunização ativa.

Apesar das vacinas constituírem um meio seguro de prevenção para determinadas doenças, podem ocorrer eventos adversos que necessitam de notificação compulsória, investigação e algumas vezes, estes eventos contraindicam a continuação do uso destas.

Neste sentido, para os profissionais de Enfermagem que trabalham em salas de vacina é fundamental o rigor das ações que executam para garantir a segurança das crianças que comparecem aos serviços de saúde para cumprir seus esquemas vacinais.

Estas ações envolvem o acolhimento, análise do cartão e dos antecedentes vacinais de cada criança, administração dos imunobiológicos, aprazamento das próximas doses, tudo isso controlando a qualidade e a conservação adequada destes imunobiológicos. Assim, a todo momento os profissionais estão avaliando as indicações e contraindicações de cada vacina.

O uso de cautela é imprescindível antes de se contraindicar qualquer imunobiológico em virtude do aparecimento de algum evento em dose anterior; em primeiro lugar, muitos destes eventos não têm associação causal com a vacina recebida e depois, a maioria deles não se constitui em contraindicações para as doses subsequentes, sendo de fundamental importância para os profissionais de saúde, conhecer as manifestações que contraindicam o prosseguimento do esquema vacinal (ARAÚJO; CARVALHO; VIEIRA, 2007).

Diante do exposto, neste estudo questionou-se: Qual o conhecimento de profissionais de Enfermagem de sala de vacina de Unidades Básicas de Saúde de Feira de Santana acerca dos eventos adversos pós-vacinais que contraindicam o prosseguimento do calendário básico da criança?

Assim, o estudo teve como objetivo geral analisar o conhecimento de profissionais de Enfermagem de Unidades Básicas de Saúde de Feira de Santana acerca dos eventos adversos pós-vacinais que contraindicam o prosseguimento do calendário básico da criança e como objetivos específicos: conhecer quais são os eventos adversos pós-vacinais mais frequentes apresentados por crianças e identificar o conhecimento dos profissionais acerca dos eventos adversos e dos encaminhamentos relacionando com capacitações, treinamentos, normas técnicas do PNI e com o senso comum.

### **METODOLOGIA**

O presente estudo foi de natureza qualitativa e teve como campo de pesquisa as seguintes Unidades Básicas de Saúde (UBS): UBS da Serraria Brasil; UBS Dispensário Santana; UBS do CSU Cidade Nova; UBS Nossa Senhora de Fátima e a UBS Todos os Santos. A escolha por tais UBS se justifica pelo fato de algumas terem sido campo de estágio do curso de Enfermagem da UEFS e todas estarem situadas em bairros populosos.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UEFS com o protocolo nº184/2011, CAAE 002.0.059.000-11, a coleta de dados foi iniciada e ocorreu no período de abril a agosto de 2011. Foram entrevistados 15 profissionais de Enfermagem onde foi seguido o roteiro de entrevista semi-estruturada. Todas as etapas da pesquisa obedeceram as Diretrizes e Normas Regulamentadoras presentes na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Foi assegurado aos sujeitos o anonimato, dando-lhes a oportunidade de escolherem pseudônimos, bem como o sigilo e a privacidade. As entrevistas foram gravadas, houve a apresentação do gravador para atenuar a inibição diante deste e se confirmar a autorização para gravar a conversa.

A análise dos dados se deu através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Das entrevistas emergiram as seguintes categorias: Eventos adversos pós-vacinais mais frequentes e a conduta dos profissionais de Enfermagem; Contraindicação do prosseguimento ou adiamento do calendário vacinal.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os profissionais entrevistados todos foram do sexo feminino, a maioria pertencia a uma faixa etária de 36 a 46 anos e afirmou ter o catolicismo como sua religião. Foram entrevistados 8 enfermeiros e 7 técnicos de Enfermagem, uma grande parcela destes profissionais não quiseram informar a sua renda mensal.

A maioria dos enfermeiros afirmaram ter menos de 6 anos de formados, já os técnicos de Enfermagem a maioria afirmou ter mais de 16 anos de formação. Quanto ao tempo de trabalho em UBS a maioria dos enfermeiros disseram ter até 2 anos naquela unidade já entre os técnicos de Enfermagem prevaleceram aqueles que trabalhavam há mais de 6 anos na unidade. Um maior percentual de técnicos de enfermagem afirmou que atuavam em salas de vacina de 6 a 10 anos.

A maioria de enfermeiros afirmou ter participado de treinamentos em imunização em 2010, entre os técnicos de Enfermagem a maioria referiu ter participado em 2011; uma técnica de Enfermagem afirmou nunca ter participado de tais atividades o que causou a preocupação, pois de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, art. 14, “os profissionais possuem o direito de atualizar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que respaldam a sua atuação profissional” (BRASIL, 2000, p. 49); acredita-se que só com constantes atualizações e treinamentos teóricos e práticos estes profissionais exercerão suas atividades com maior segurança e livre de falhas técnicas.

### *Eventos adversos pós-vacinais mais frequentes e a conduta dos profissionais de Enfermagem*

Durante as entrevistas alguns profissionais de enfermagem relaram que os pais/responsáveis pelas crianças estavam retornando aos serviços de saúde para questionar sobre a evolução normal de cicatrização da vacina BCG; percebeu-se com isso como o fornecimento de orientações criteriosas e claras fornecidas por estes profissionais são cruciais para que se evitem complicações maiores decorrentes de condutas erradas adotadas em casa como o uso de pomadas no local de aplicação da vacina BCG.

As vacinas da Poliomielite, Tríplice Viral, Febre Amarela, Meningocócica C conjugada e a Pneumocócica 10 valente geralmente não são relatadas pelos pais como vacinas muito reativas; já as vacinas Tetravalente e a DTP foram as relatadas como mais reatogênicas e as que mais causam sintomas desconfortáveis na criança levando as mesmas a retornarem aos serviços de saúde em busca de atendimento, avaliação do caso e conseqüentemente notificação dos mesmos.

Ao falar da vacina Rotavírus alguns profissionais de enfermagem informaram que alguns pais retornam à Unidade de Saúde relatando que a criança apresentou diarreia; porém

numa pesquisa realizada o índice de crianças que tomaram a vacina e apresentaram diarreia foi semelhante as que tomaram placebo, e o evento adverso relacionado à vacina Rotavírus segundo o Ministério da Saúde seria a invaginação intestinal (BRASIL, 2008).

Os profissionais de Enfermagem relataram a notificação exclusivamente dos eventos adversos graves, quando na verdade o recomendado pelo Ministério da Saúde é notificar todos os eventos adversos pós-vacinais que retornem aos serviços de saúde por demanda espontânea com o objetivo de monitorar a possível ocorrência de “surto” de eventos adversos pós- vacinais e avaliar reatogenicidade das vacinas e de determinados lotes.

Outro aspecto analisado nas falas dos profissionais de Enfermagem foi a respeito da responsabilidade profissional nas notificações dos eventos adversos pós- vacinais, alguns profissionais referiram que apenas o enfermeiro poderia notificar os casos, quando na verdade o Ministério da Saúde recomenda que tanto técnicos de Enfermagem como os enfermeiros devem notificar os casos, porém apenas o Enfermeiro ou outro profissional de nível superior pode realizar a investigação.

### *Contraindicação do prosseguimento ou adiamento do calendário vacinal*

Quando perguntados sobre situações que contraindicavam o prosseguimento do esquema vacinal em crianças, percebeu-se que muitos profissionais de Enfermagem relatavam sintomas que teriam apenas a indicação de adiar o esquema vacinal; assim, demonstraram dúvida em relação à diferença entre contraindicar o prosseguimento e adiar a vacinação.

Contraindicar o prosseguimento do esquema vacinal significa dizer que a criança não poderá mais tomar aquelas vacinas de rotina disponibilizadas pelos serviços de saúde. Esta situação pode acontecer quando a criança apresenta algum evento adverso grave em dose anterior, que podem ser reações alérgicas, reações de hipersensibilidade, encefalopatias, anafilaxias, choque, episódios hipotônico-hiporesponsivo e vários outros sintomas graves que determinem a hospitalização. Ainda está contraindicada a vacinação em crianças portadoras de imunodeficiência congênita ou adquirida; acometidas por neoplasias malignas e que estão em tratamento com corticóides em esquemas imunodepressores, ou submetidas a terapêuticas imunodepressoras (quimioterapias antineoplásicas, radioterapias) (BRASIL, 2008).

Todavia, quando se fala em adiar a vacinação significa aprazá-la para data futura em decorrência de a criança estar no momento com sintomas como, por exemplo, diarreias, vômitos, febre ou infecções respiratórias intensas. Nestes casos, observa-se no cotidiano das salas de vacina, a recomendação por parte dos profissionais de Enfermagem para que os pais adiem a vacina por precaução, ou seja, para que os sintomas que a criança já esteja apresentando ou possíveis complicações não sejam equivocadamente atribuídos à vacina administrada.

Observou-se também o pouco conhecimento e despreparo de alguns profissionais entrevistados para trabalhar com a imunização. Na fala abaixo, a entrevistada afirma que não existe nenhuma doença que contraindique o prosseguimento do esquema vacinal e ainda que não possui conhecimento sobre contraindicações e que o mesmo não precisa estar relacionado com sua prática que se resume apenas a técnica de aplicação.

Não, não tem nenhuma doença, muito pelo contrário, quando a criança tá doente, é recomendado que tome todas as vacinas, pra ela ficar imune, pra facilitar o tratamento e não adquirir outro tipo de doença. [...] só se for alérgicas, quando tem alguma alergia a substância da vacina, aí é o médico que vai orientar, e a mãe já chega aqui e já fala que determinada vacina meu filho não toma, porque o médico já falou, isso aí já vem direto da medicina lá eles que já orientam pra mãe, a gente já não tem muito conhecimento sobre isso não, porque a gente estuda só vacina, só fazer a vacina e sabe só orientar sobre o que a gente tá fazendo, mesmo que a gente saiba de alguma coisa, a gente não pode passar para o paciente porque pode ser que a orientação não seja precisa (Técnica de Enfermagem Maria).

Segundo Silva e outros (2004), a competência profissional reúne três saberes: *saber saber; saber fazer e saber ser*. Na Enfermagem podemos dizer que precisamos ter domínio de conhecimentos que assegurem ações precisas junto a pessoa sob nossos cuidados. Mas não é suficiente saber, é necessário também o domínio, a destreza e a habilidade por parte de quem as executa. Por fim, o enfermeiro e técnico de Enfermagem precisam aprender a utilizar as habilidades interpessoais como o diálogo e a escuta contribuindo assim para a eficácia na assistência.

Destaca-se a necessidade dos profissionais de Enfermagem associarem seus afazeres práticos ao conhecimento científico, como forma de garantir a segurança da clientela que chega aos serviços de saúde para atualizar seus esquemas vacinais, pois o embasamento teórico levará a condutas corretas frente a situações que necessitem avaliar a possibilidade de contraindicação do esquema vacinal ou adiamento da vacinação. Ressalta-se também que os profissionais de Enfermagem devem trabalhar em equipe e o enfermeiro deve estar ciente de sua função de supervisor dos serviços ofertados, sendo que ele deve estar prezando pela qualidade da assistência prestada nos serviços de imunização, consciente de que frente a qualquer falha neste serviço ele também será penalizado.

Com isso, a pesquisa nos leva a refletir que existe a real necessidade de haver um enfermeiro específico para a sala de vacina com o objetivo de supervisionar todas as atividades desempenhadas pelos técnicos de Enfermagem e também ser apto a atender todas as particularidades que existem neste setor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos resultados deste trabalho percebe-se a importância da intensificação de treinamentos teóricos e práticos na área de imunização para todos os profissionais de Enfermagem de forma constante, e deve haver uma atenção especial com os técnicos de Enfermagem, pois são eles que lidam diretamente com os imunobiológicos e com a clientela atendida nas salas de vacina. Outra questão que merece reflexão é a qualidade da formação acadêmica destes profissionais, pois é imprescindível que haja o treinamento destes alunos, com orientação dos seus professores, durante seus cursos, e que desde este momento haja a motivação pela busca do conhecimento científico e aprimoramento das habilidades técnicas.

O reconhecimento da Enfermagem e o respeito pelos seus profissionais é uma conquista que os trabalhadores da área têm buscado e almejado cada vez mais, porém a mudança deve começar dos próprios profissionais com a conquista do respeito social através de práticas qualificadas pautadas no conhecimento científico da área.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Telma Maria Evangelista de; CARVALHO, Patrícia Maria Gomes de; VIEIRA, Raimunda Damasceno Ferreira. Análise dos eventos adversos pós-vacinais ocorridos em Teresina. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília-DF, v. 60, n. 4, jul./ago. 2007.
- BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº240/2000: Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e dá outras providências. **COREN-BA-PRESENTE- INVESTINDO NA QUALIDADE**. Redatora e Organizadora: Enf<sup>a</sup> Maricélia Morais Macedo. Salvador: Gestão 2002/2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação**. Brasília, DF, 2008.
- SILVA, Lolita Dopico da; PEREIRA, Sandra Regina Maciqueira; MESQUITA, Ayla Maria Farias de. **Procedimentos de Enfermagem: Semiotécnica para o cuidado**. Rio de Janeiro, 2004.